

IVALDO CAVALCANTE



Índios entregam o documento contendo as propostas ao deputado Ibsen Pinheiro

Índio quer secretaria substituindo a Funai

A Fundação Nacional do Índio (Funai) deve ser extinta e substituída pela Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas, ligada diretamente à Presidência da República. Esta é a principal proposta dos povos indígenas para o novo Estatuto do Índio, em fase de elaboração por uma comissão interministerial do Governo. Todas as sugestões estão inseridas num documento entregue, ontem, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS).

O documento reúne as principais conclusões sobre a legislação e a política indigenista oficial retiradas de um encontro de quatro dias, em Brasília, entre 110 lideranças de todo o País. Os índios propõem a demarcação de todos os territórios indígenas antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e a expulsão dos invasores de suas terras com indenização para as comunidades prejudicadas. O dinheiro deve ser repassado às administrações regionais, ou direta-

mente às comunidades, sugerem.

A audiência pública, que lotou de índios pintados o auditório Nereu Ramos, além de diversos parlamentares, foi o primeiro grito de guerra em defesa dos direitos garantidos pela Constituição Federal. O cacique Raoni, líder Caiapó, criticou o anteprojeto do Governo, lembrando que o próprio nome do novo órgão de assistência — Fundação Instituto Indigenista Brasileiro — omite a palavra índio. O administrador do Parque do Xingu, Megaron Txucarramãe, ressalta que a possível cessação da tutela do Estado ao índio "é uma forma do Governo se eximir de responsabilidade sobre o indígena, jogando-o no submundo da sociedade branca.

Na proposta de ligação do órgão indigenista oficial à Presidência da República, os índios reivindicam a fiscalização dos trabalhos e ações por organizações indígenas. Eles querem participar do processo de seleção dos servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) a ser extinta, e de escolha do secretário e demais administradores.

"A direção desse órgão não será ocupada por servidores desgastados, corruptos ou causadores de desarticulação das comunidades indígenas".

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, compareceu à Comissão de Meio Ambiente e promoveu transformar a casa num fórum de debates sobre o Estatuto do Índio. No seu entender, a questão mais imediata é a demarcação das terras indígenas prevista na Constituição Federal e que deve ser feita antes da revisão constitucional prevista para 1993.

Apesar de convocado para a audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro, não compareceu. A ausência de Guerreiro durante a apresentação das propostas dos índios para o novo estatuto foi criticada tanto por líderes indígenas como por parlamentares presentes. O presidente da Funai justificou o não comparecimento devido a uma viagem para a área Yanomami.

Demarcação deve ser rápida

Se não for dado início rapidamente ao processo de demarcação de terras indígenas, os índios poderão ser prejudicados durante a revisão constitucional prevista para 1993. A advertência foi feita pelo deputado federal Fábio Feldmann (PSDB/SP), segundo o qual o chamado "bloco amazônico", representante dos interesses de mineradoras no Congresso Nacional, pode derrubar este direito garantido pela Constituição Federal de 1988.

Na opinião do deputado, nessa legislatura as dificuldades são maiores até do que durante a fase de elaboração da Constituição, devido à correlação de forças existente. Para evitar um retrocesso nos avanços obtidos com a Carta Magna, tanto os índios quanto alguns parlamentares pretendem fazer um lobby e detonar o processo de demarcação das terras indígenas. O assunto foi colocado como prioritário, pelo presidente da Câ-

mara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), durante o encontro com os índios.

Outra preocupação é com a ação de garimpeiros em solo indígena. Conforme cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU) a evasão fiscal dos garimpos nos últimos dez anos está estimada em 1,5 bilhão de dólares. Segundo Feldmann, boa parte disso pode estar entrando no Congresso Nacional. Ele ressalta que em 1993 duas questões, a indígena e o meio ambiente terão que ser enfrentadas duramente para não serem fulminadas.

Membro do bancada amazônica no Congresso Nacional, o senador Amazonino Mendes (PDC/AM), acha que exploração de recursos minerais em área indígena deve ser resolvida pelos próprios índios. No seu entender, o tempo deixou claro a evolução do índio brasileiro, que já sabe, hoje, a melhor forma de explorar suas terras.

Indenização pelos danos

Outras propostas dos índios para o novo Estatuto são as seguintes:

- proibição da construção de barragens nas proximidades ou dentro de áreas indígenas;

- indenização da Eletronorte por danos às comunidades indígenas;

- a exploração de minérios em áreas indígenas só poderá ocorrer com o consentimento das comunidades;

- proibição de se criar parques dentro das terras indígenas e sim a demarcação com usufruto exclusivo das riquezas pelos índios;

- a Polícia Federal só poderá entrar em área indígena em caso de invasão e violência feita por não-índios. Em caso de conflito interno a comunidade solicitará intervenção de pessoas confiáveis;

- qualquer projeto ou ingresso de não-índios em solo indígena só poderão ocorrer após autorização da comunidade;